



# Dinâmicas culturais populares em centros urbanos: barreiras e motivações

Popular cultural dynamics in urban centers:  
barriers and motivations

*Adriano Parra, UFABC, [adriano.parra@ufabc.edu.br](mailto:adriano.parra@ufabc.edu.br).*

*Silvia Helena Passarelli, UFABC, [silvia.passarelli@ufabc.edu.br](mailto:silvia.passarelli@ufabc.edu.br).*

*Adriano Parra é graduado em engenharia civil pela Universidade do Porto. Mestrando em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC.*

*Silvia Helena Passarelli é doutora em Estruturas Ambientais e Urbanas, docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC*

## Resumo

Ao longo de décadas, as cidades brasileiras experimentam formas de segregação social baseadas no exílio urbano das camadas populares. O binômio centro-periferia tem sido o caminho para a manutenção da desigualdade social brasileira. Contudo, os grandes centros urbanos, tornaram-se, ao longo do tempo, territórios heterogêneos, onde diversas classes sociais coexistem. As camadas populares, residentes e consumidoras, dividem espaço com múltiplos equipamentos socioculturais e recreativos destinados, em sua maioria, às classes econômicas privilegiadas. Consequentemente, surgem novas possibilidades de integração sociocultural advindas da proximidade existente. Porém, diante de uma sociedade estamental, sua proximidade desencadeia reações institucionais e conflitos entre diversos atores, produzindo barreiras e motivações para sua própria inserção sociocultural e recreativa na região. Assim, este artigo pretende discutir e articular as diversas barreiras – materiais e imateriais – e motivações que interpelam as dinâmicas culturais populares em grandes centros urbanos.

**Palavras Chave:** Dinâmicas culturais. Centros urbanos. Camadas populares. Conflitos sociais.

## Abstract

Over the decades, Brazilian cities have experienced forms of social segregation based on the urban exile of the popular classes. The center-periphery binomial has been the way to maintain Brazilian social inequality. However, large urban centers have become heterogeneous territories, where diverse social classes coexist. The popular classes, resident and consumer, share space with multiple socio-cultural and recreational equipments destined, for the most part, to the privileged economic classes. Consequently, new possibilities of socio-cultural integration arise from the existing proximity. However, in the face of an estamental society, its proximity triggers institutional reactions and conflicts between diverse actors, producing barriers and motivations for their own socio-cultural and recreational insertion in the region. Thus, this article aims to discuss and articulate the various barriers - material and immaterial - and motivations that challenge popular cultural dynamics in large urban centers.

**Keywords:** Cultural dynamics. Urban centers. Popular classes. Social conflicts.

## INTRODUÇÃO

**A**s grandes cidades brasileiras são territórios extremamente desiguais. As condições de precariedade socioeconômica, ainda concentradas nas regiões periféricas, no entanto, coexistem com instâncias de poder e riqueza. Camadas populares, socioeconomicamente mais vulneráveis, ocupam áreas centrais enquanto alguns setores das classes média e alta buscam a auto-segregação em condomínios fechados na periferia. Hoje a desigualdade social no Brasil não é necessariamente produto da localização, mas sim uma questão de segregação social.

A compreensão dos fenômenos sociais de segregação exige um arcabouço teórico abrangente e robusto capaz de abarcar as múltiplas dinâmicas do mundo social, visto que análises unilaterais com perspectivas únicas de compreensão da realidade social podem excluir elementos relevantes que potencializam tais condições. Tendo em conta a complexidade da sociedade brasileira, não será redundante observar por diversos ângulos a formação e reprodução da segregação social que, dia após dia, conserva o *status quo* da perversidade sobre as populações vulneráveis no contexto urbano. Análises unilaterais com perspectivas únicas de compreensão da realidade social podem excluir elementos relevantes que potencializam tais condições.

Tendo em conta a complexidade da sociedade brasileira, não será redundante observar por diversos ângulos a formação e reprodução da segregação social que, dia após dia, mantém sua perversidade sobre as populações vulneráveis no contexto urbano. Desse modo, a busca pela compreensão plural da segregação pode ser feita por meio da análise das dinâmicas sociais ocorridas na cidade, palco de infinitas possibilidades de interação social (tais como mediações e conflitos) realizadas por uma gama heterogênea de atores e instituições. Segundo Bourdieu (2013), as distinções entre classes sociais e indivíduos resultam da combinação das representações simbólicas com a materialidade do

mundo social. Isso significa que a distinção é simultaneamente produtora e produto da realidade física, ou seja, que as distinções ocorrem tanto pela objetividade da realidade social quanto pela subjetividade dos indivíduos nela inserida.

Desse modo, dentro das dinâmicas sociais urbanas, o estudo das dinâmicas culturais das camadas populares residentes nos grandes centros urbanos pode ajudar na compreensão dos mecanismos de segregação da sociedade brasileira. Justifica-se a escolha dessas dinâmicas pela oposição direta que geram entre diversas classes sociais, o que permite uma análise do meio físico associado às condições imateriais de distinção.

Sob essa perspectiva dual acerca do mundo social e compreendendo a reprodução da segregação social como parte desse processo, as dinâmicas culturais das camadas populares são interpeladas por condições materiais e imateriais da sociedade. Evidentemente, tais barreiras são inúmeras. Todavia, não se pode negligenciar possíveis motivações para o acesso dessa população às atividades culturais e recreativas, mesmo pontuais. Assim, coloca-se a seguinte questão: quais barreiras e motivações apresentam-se nas dinâmicas culturais de camadas populares residentes em grandes centros urbanos?

Nesse sentido, a compreensão plural da segregação social faz-se pertinente na medida em que as condições materiais (coletivas e objetivas) e as condições imateriais (individuais e subjetivas) se articulam na produção das barreiras e motivações que afetam as atividades culturais e recreativas das camadas populares.

Ao longo deste artigo serão apresentadas as principais barreiras e motivações sem a pretensão de um debate exaustivo. A intenção é analisar a interdependência entre os fenômenos que interferem nas escolhas culturais e recreativas das camadas populares a fim de compreender a própria segregação social desses grupos. Para isso, é necessário pontuar dois conceitos-chave para tal análise: ‘camadas populares’ e ‘dinâmicas culturais’.

O conceito de camadas populares abrange os conceitos de ‘classe baixa’, ‘classe trabalhadora’, ‘pobres’, ‘ralé’, ‘carentes’, ‘vulneráveis’, classe dominada’ e ‘movimentos populares’. Isso permite reunir em uma mesma categoria pessoas com diferentes condições sociais – grupos e indivíduos com distintos indicadores sociais, tais como nível de renda e escolaridade; empregados ou desempregados; filiados ou não a movimentos sociais ou sindicatos – unidas pela precariedade urbana “a partir das relações com as camadas dominantes e da necessidade de resistir às suas imposições, por meio de uma formação cultural própria” (MELO, 2001, p. 11). Portanto, são todos os indivíduos que resistem à margem das imposições da dinâmica social dominante.

Deve-se salientar que grupos sociais são generalizações intelectuais que facilitam a compreensão dos fenômenos. Contudo, não se constituem homogêneos em sua totalidade, partilhando semelhanças, mas agregando diferenças. Assim, não é possível negar a existência de um *habitus* de classe no interior das camadas populares como um “princípio unificador e gerador das práticas” (BOURDIEU, 2007, p. 97).

Todavia, dentro das dinâmicas culturais, as dificuldades impostas pelas barreiras e as oportunidades presentes nas motivações sempre encontrarão no indivíduo sua resolução. Em seus estudos sobre a formação da classe operária inglesa e seus posteriores desdobramentos enquanto classe social e política, o historiador Edward Thompson (1987) demonstra que a constituição da classe operária não é fruto apenas de imperativos econômicos. As experiências individuais e coletivas no seio das camadas populares também contribuem para a constituição da classe operária enquanto tal. Portanto, estudar seus hábitos e costumes torna-se relevante compreender como os imperativos

materiais do capitalismo são recebidos e processados pelos indivíduos, elevando o patamar de análise para além das razões macroeconômicas de dominação.

Desse modo, as barreiras que incidem sobre as dinâmicas culturais populares podem ser materiais – condições do meio físico social que interferem negativamente sobre as práticas culturais e recreativas das camadas populares – ou imateriais – condições simbólicas do campo subjetivo que restringem as escolhas à determinadas práticas culturais e recreativas. Ademais, as barreiras materiais e imateriais atuam conjuntamente e de forma interligada, como se verá mais adiante. Por sua vez, determinadas condições sociais são capazes de gerar motivações no seio dessas dinâmicas, contrapondo-se às barreiras impostas.

Sobre o conceito de dinâmicas culturais, faz-se referência às formas de sociabilidade, presentes nas atividades culturais (desenvolvidas em cinemas, teatros, museus, centros culturais, bibliotecas, salas de espetáculo, saraus, etc.) e recreativas (passeios ao ar livre, *hobbies*, práticas esportivas, etc.), desenvolvidas pelas camadas populares residentes nos grandes centros urbanos, regiões propensas ao desenvolvimento dessas atividades, pela abundância de oferta.

Tendo estes conceitos definidos, a relação entre as camadas populares e suas dinâmicas culturais nas regiões centrais dos grandes centros urbanos pauta-se pela correlação de forças entre a inclusão e a segregação social. Assim sendo, este artigo propõe uma breve análise sobre as barreiras e motivações e seus impactos sobre as dinâmicas culturais das camadas populares.

## SEGREGAÇÃO A OLHOS NUS: AS BARREIRAS MATERIAIS NAS DINÂMICAS CULTURAIS POPULARES

**A** estratificação da sociedade brasileira e seus conflitos nada têm de novo. Há um consenso nas ciências sociais sobre os efeitos econômicos perversos do neoliberalismo sobre as camadas populares das metrópoles periféricas.

Na América Latina, o modelo de planejamento urbano fordista/modernista que historicamente excluiu as populações pobres dos benefícios da cidade formal foi, a partir da década de 1980, sendo substituído por um modelo de cidade neoliberal concebido sob uma matriz urbana funcional (ABRAMO, 2007; MARICATO, 2002). Com a reestruturação produtiva imposta pela globalização e financeirização de capitais, as cidades periféricas tornaram-se cidades-mercadoria<sup>1</sup> na medida em que passaram a ser concebidas como “máquinas de produção de riquezas” (ARANTES, 2002, p. 21).

Sendo assim, as cidades brasileiras não se eximiram dos imperativos da política neoliberal que buscam no espaço urbano mecanismos para otimizar a circulação do capital. Como consequência, as cidades constituem-se como ambientes onde os espaços sociais resultam das atividades produtivas do capitalismo. Desse modo, para o neoliberalismo, o ambiente construído deve servir para facilitar a mobilização do capital como mercadoria, força de trabalho e bem monetário. Assim, a cidade torna-se funcional por três motivos: pelas infraestruturas viárias na melhoria da circulação dos produtos; pelos sistemas de telecomunicações que agilizam as transações monetárias e os acordos econômicos; e pelo sistema de transportes coletivos essencial para a condução da mão de obra aos espaços de produção e consumo (HARVEY, 2013).

<sup>1</sup> Para Otilia Arantes (2002), a cidade atual encontra-se diante de um planejamento estratégico que potencializa os efeitos da globalização em favor do mercado. Para isso é importante que a cidade seja concebida como um produto promovido por uma política de *image-making*.

Essa nova condição urbana, de otimização das relações econômicas em prol do mercado, modificou os padrões de segregação urbana. Citando como exemplo a Região Metropolitana de São Paulo, pesquisas realizadas em 2003 pelo CEM (Centro de Estudos da Metrópole) já demonstravam mudanças nas dinâmicas sociais de segregação caracterizadas pela transformação dos padrões espaciais de pobreza e riqueza. Os pobres ainda se concentram nas periferias, mas também ocupam regiões centrais, enquanto os ricos agora se auto segregam em quaisquer regiões, seja em áreas centrais ou regiões periurbanas (TORRES *et al.*, 2003). Isso significa que o espaço urbano da metrópole paulistana dispersou sua dualidade no território. Contudo, as condições socioeconômicas de sua população são cada vez mais díspares.

Diante deste panorama, é necessário analisar o lugar da cultura e do lazer nesse modelo de cidade. Esse aspecto é importante para a compreensão das barreiras materiais que afetam as dinâmicas culturais das camadas populares. Nas regiões periféricas a distância geográfica e a precariedade urbana limitam consideravelmente as opções culturais e recreativas dos moradores de baixa renda. Essa distância já não existe para as camadas populares residentes em grandes centros urbanos, população investigada neste artigo. Contudo, existem outras limitações de caráter material para o acesso dessa população às ofertas culturais e recreativas disponíveis nos grandes centros urbanos, regiões com ampla oferta cultural e recreativa.

Os equipamentos e serviços ligados às esferas da cultura e lazer encontram-se próximos a ocupações de edifícios abandonados, cortiços, habitações sociais, interstícios precarizados e favelas. No centro residem moradores de rua, catadores de papel, famílias de baixa renda, grupos de refugiados e integrantes de movimentos populares. As condições de vida não são as melhores, mas eles lá estão. É certo que a precariedade da moradia afeta diretamente a qualidade de vida do indivíduo o que, conseqüentemente, afetará sua condição enquanto cidadão. Contudo, esses grupos sociais compartilham a precariedade urbana em diferentes graus, desde condições de salubridade até de conforto, o que repercutirá de forma distinta em suas práticas culturais e recreativas. Tais condições são reflexo do baixo poder político e econômico dessas populações.

Portanto, a vulnerabilidade econômica, ilustrada pela precariedade habitacional e material das famílias e indivíduos, é uma das barreiras materiais mais visíveis para o acesso a atividades culturais e recreativas. No entanto, tal condição não é a única que afeta as dinâmicas culturais das camadas populares. O modelo neoliberal vigente possui diversos mecanismos que afetam diretamente suas relações socioculturais.

Se as barreiras materiais se referem ao meio físico social, ou seja, ao ambiente construído pela sociedade, as condições urbanas de espaço e tempo acabam por afetar as dinâmicas culturais populares. O lazer e a fruição cultural, assim como qualquer atividade humana, realizam-se num determinado espaço e com um tempo de duração próprio. Acontece que nas sociedades modernas existem interferências entre as diversas atividades desempenhadas pelo indivíduo no contexto urbano.

Para Canclini (2003), essas interferências resultam de quatro movimentos básicos, típicos da modernidade que, ao se desenvolverem como projetos, entram em conflito: um emancipador, que busca o desenvolvimento de mercados autônomos; um expansionista, para a produção e circulação de bens; um renovador, capaz de recriar constantemente o consumo de massas; e um democratizador, que aposta na difusão do conhecimento como base para o progresso.

Cada um desses projetos exige dos indivíduos posições e atuações geralmente distintas no tempo e espaço: a produção econômica exige força de trabalho (em sua maioria mecânica e repetitiva),

disciplina e pontualidade enquanto a produção simbólica exige tempo, criatividade e habilidade intelectual. Portanto, nas metrópoles periféricas o poder econômico expansionista, baseado nas inovações tecnológicas, acaba por “subordinar as forças renovadoras e experimentais da produção simbólica” (CANCLINI, 2003, p. 32). Desse modo, conclui-se que as condições de desenvolvimento econômico criam outras barreiras materiais nas dinâmicas culturais populares, nem sempre visíveis, mas igualmente relevantes.

Diante deste quadro, os fatores associados às condições de trabalho são uma barreira material significativa para o acesso às práticas culturais e recreativas. Em uma sociedade historicamente estratificada como a brasileira, as camadas populares com baixa formação profissional acabam ocupando os postos de trabalho mais precários – empregos formais com baixa remuneração ou trabalhos informais. Como se não bastasse, o modelo econômico neoliberal traz em si a flexibilização do trabalho que retira do trabalhador formal direitos trabalhistas e, conseqüentemente, poder de negociação perante o patronato. Além disso, as dificuldades são acirradas pelas condições de mobilidade urbana cada vez mais onerosas (KOHARA, 2013). Isso demonstra que, na cadeia produtiva das grandes cidades brasileiras, o trabalhador das camadas populares é cada vez mais dominado pelo capital. Assim, para além da baixa remuneração, as condições de trabalho afetam as dinâmicas culturais populares sob dois aspectos: a restrição do tempo livre e a fadiga.

O tempo livre, importante conceito da sociologia do lazer, não se destina ao trabalho e muito menos às interações socialmente obrigatórias ou compromissadas<sup>2</sup>. Refere-se ao “tempo do lazer”, um contraponto ao trabalho; um momento de ócio livre de obrigações e imposições; um “tempo social para si” (DUMAZEDIER, 1994, p. 190). Contudo, por ser um momento singular na vida cotidiana, o tempo livre torna-se frágil diante dos imperativos do sistema econômico capitalista. Ter tempo livre significa ter condições físicas e materiais para que ele ocorra. Entretanto, os baixos salários obrigam as camadas populares a utilizar parte de seu tempo livre na busca por rendimentos alternativos para sobreviver (MAGNANI, 1984). Além disso, situações como o subemprego e o desemprego transformam o tempo livre em tempo inocupado, ou seja, um tempo ocupado na busca pela sobrevivência diária e não para o lazer (DUMAZEDIER, 1994).

Entretanto, as imbricações entre o tempo livre e os tempos dedicados a atividades socialmente obrigatórias ou compromissadas são reais e a multiplicidade de significados presentes em diversas atividades, nas quais se misturam prazer, obrigação e necessidade é corrente. Sobre tais atividades, Dumazedier afirma que

[...] se o lazer obedece parcialmente a um fim lucrativo, utilitário ou engajado, sem se converter em obrigação, não é mais inteiramente lazer. Torna-se lazer parcial: chamá-lo-emos então de semilazer. Tudo ocorre como se o círculo das obrigações primárias interferisse com o círculo das obrigações do lazer, para produzir, na interseção, o semilazer. (DUMAZEDIER, 1979, p. 95).

Sobre o semilazer, Goldenstein (1991, p. 34) afirma que nas classes operárias a presença de atividades mistas “parece dilatar-se com relação às outras classes” uma vez que as obrigações laborais e necessidades socioeconômicas dos trabalhadores mal remunerados tendem a ocupar maior parte de seu tempo livre. Além disso, os poucos recursos financeiros limitam as opções de

<sup>2</sup> O tempo do lazer, como oposição ao tempo de trabalho, deve ser distinguido dos tempos socialmente obrigatórios, tais como obrigações familiares e escolares, e dos tempos socialmente compromissados, ligados a práticas políticas e religiosas voluntárias. O lazer deve ser um tempo livre das condições sociais, resultando em escolhas pessoais legítimas. Para compreender os desdobramentos do tempo livre, ver Dumazedier (1994).

lazer e consumo cultural, restando à classe operária a fruição intermitente do ócio, muitas vezes associado a atividades domésticas e compromissos familiares.

Outro aspecto ligado às condições de trabalho é a fadiga. De acordo com os estudos empíricos de Dumazedier sobre o lazer, a fadiga é um dos indicadores situacionais<sup>3</sup> a serem investigados nas relações entre o trabalho e o lazer. Para o autor, deve-se “verificar o peso da fadiga e a incidência do gênero de fadiga sobre a escolha das atividades de lazer e sobre seu nível” (DUMAZEDIER, 1994, p. 134).

A fadiga é um elemento preponderante para a escolha do que se deseja fazer com o tempo livre disponível, uma vez que esta interfere nas condições físicas essenciais para a prática do lúdico e do ócio. A fadiga não compromete a duração do tempo livre, mas sim o destino que lhe é dado, uma vez que o indivíduo utiliza esse tempo para a reposição da energia laboral.

O estudo *Perfil do Estilo de Vida e Hábitos de Lazer de Trabalhadores da Indústria do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil*, realizado em 2007 pelo SESI/DN em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Atividade Física e Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina (NuPAF/UFSC), demonstrou elevada taxa de inatividade física e práticas de lazer, em trabalhadores da indústria do sul do Brasil, associada ao cansaço e ao excesso de trabalho (SILVA *et al.*, 2011).

Na transformação do ambiente urbano neoliberal, surge outra barreira material: a degradação dos espaços públicos. A proximidade das camadas populares, moradoras dos centros urbanos, aos equipamentos socioculturais e recreativos pode suscitar a inexistência de questões espaciais relevantes para essa população específica. Todavia, a segregação social não precisa mais da distância geográfica. A proximidade física modifica os mecanismos espaciais de segregação. Surgem, então, os enclaves urbanos como forma de distinção espacial e material.

Diante de uma sociedade estratificada, acentuada pelos objetivos econômicos do neoliberalismo, as classes sociais dominantes buscam espaços de distinção em meio a precariedade urbana. Se não podem mais evitar a pobreza em termos espaciais, criam suas próprias formas de auto segregação. Nesse sentido, as novas políticas urbanas, baseadas em um planejamento estratégico catalisador de investimentos para as cidades, encontra respaldo na necessidade de expansão do mercado imobiliário atrelado aos desejos de distinção das classes média e alta.

A perda de protagonismo do poder público nas políticas de uso e ocupação do solo levou à privatização de empresas públicas urbanas e reforçou o poder econômico do mercado imobiliário (ABRAMO, 2007). A cidade formal passou dos regulamentos urbanísticos às leis de oferta e demanda do solo urbano. Como consequência, tornou-se corrente a especulação do valor do solo, o que induziu a uma elevada segmentação do mercado imobiliário. Para Abramo, o “retorno do mercado” consolidou um mercado formal do solo para aqueles que podem pagar o preço da especulação e um mercado informal do solo nos quais grande parte das camadas populares se encontram. Em ambos os casos, a produção e reprodução da cidade – formal e informal – ocorre ciclicamente de modo compacto e difuso, numa “lógica de deslocamentos em cascata”, onde as classes buscam ascensão social por intermédio de “inovações espaciais”<sup>4</sup>. Nesse complexo sistema de constituição

<sup>3</sup> Os indicadores situacionais, propostos por Joffre Dumazedier (1994) em seus estudos sobre o lazer e sua relação com o trabalho, identificam as condições laborais dos indivíduos, tais como a duração do trabalho, o gênero de fadiga e o gênero de trabalho.

<sup>4</sup> As inovações espaciais são adquiridas pelas classes sociais mais elevadas que buscam no *habitus* de distinção uma proximidade para com aqueles que compartilham sua classe social. Após algum tempo, as inovações espaciais sofrem um

do ambiente urbano neoliberal, a distinção é o motor que movimenta o consumo de espacialidades. Trata-se de uma “distinção social hierarquizada” para a promoção e liquidez dos capitais imobiliários (ABRAMO, 2007, p. 44).

Para além das distintas condições de moradia das classes sociais, a auto segregação das classes média e alta, promovida pelo setor imobiliário, produziu enclaves urbanos constituídos por condomínios fechados (com ampla oferta de serviços, inclusive recreativos), centros comerciais de alto padrão e até bairros inteiros gentrificados. Segundo Caldeira (2000, p. 255), esse tipo de segregação e desigualdade social ganhou respaldo na difusão do medo e do crime, justificativa utilizada pelas elites para seus “enclaves fortificados”. Ferreira (2011, p. 78), também aborda esta questão ao afirmar que a intolerância à pobreza na cidade de São Paulo traduz-se numa “espécie de *apartheid*” que exclui o pobre, muitas vezes negro, das oportunidades que a cidade pode oferecer. Além disso, o autor afirma que esse ódio de classe é fomentado pela grande mídia sob o discurso criminalizador da pobreza.

O resultado mais visível dessa prática é a “implosão da vida pública moderna” descrita pela autora da seguinte forma:

Os moradores da cidade não se arriscariam a ter uma casa sem grades ou barras nas janelas. Barreiras físicas cercam espaços públicos e privados: casas, prédios, parques, praças, complexos empresariais, áreas de comércio e escolas. À medida que as elites se retiram para seus enclaves e abandonam os espaços públicos para os sem-teto e os pobres, o número de espaços para encontros públicos de pessoas de diferentes grupos sociais diminui consideravelmente (CALDEIRA, 2000, p. 301).

Essa deterioração da vida pública tem como consequência a degradação dos espaços públicos. Parques, praças, ruas e calçadas perdem seu sentido lúdico e sua potencialidade de reunir comunidades. Os passeios, as caminhadas, as brincadeiras e as práticas esportivas perdem espaço na vida pública coletiva. Com isso, os centros históricos das cidades brasileiras são afetados pelo isolamento social, o que interfere nas dinâmicas culturais populares visto que os equipamentos públicos destinados ao convívio social, uma possível alternativa cultural e recreativa das camadas populares, são negligenciados pelo poder público.

Conforme Canclini (1999), se há perdas para o espaço público, há ganhos para o espaço do consumo, substituto moderno da cidadania. Surge, então, a barreira material do consumismo como modelo de cidadania. Nesse movimento de perda da vida coletiva, o comércio assume protagonismo atraindo as camadas populares para os bens de consumo familiar. Com isso os bens simbólicos presentes nas atividades culturais e recreativas perdem também espaço. O mercado estabelece a ordem de consumo e determina distinções a partir dos bens adquiridos. Assim, para grande parcela da população, ser cidadão é ser consumidor, afirma o autor. Com isso, ocorre um ciclo que incute nos indivíduos a satisfação pelo consumo, isolando-os ainda mais do contato social, o que fortalece o individualismo, característica que interfere nas formas de convivência coletiva física. Nesse sentido, a cidade torna-se o lugar do consumo onde

[...] a esfera pública, é ocupada por agentes que calculam tecnicamente suas decisões e organizam tecnoburocraticamente o atendimento às demandas, segundo critérios de rentabilidade e eficiência, a subjetividade polêmica, ou simplesmente a subjetividade, recolhe-se ao âmbito privado. O mercado

---

processo de mimetismo que obriga o setor imobiliário a criação de novas inovações, num processo de valorização, desvalorização e revalorização dos empreendimentos. Sobre as inovações espaciais, ver Abramo (2007).

reorganiza o mundo público como palco do consumo e dramatização dos signos de *status*. As ruas tornam-se saturadas de carros, de pessoas apressadas para cumprir obrigações profissionais ou para desfrutar uma diversão programada, quase sempre conforme a renda econômica (CANCLINI, 2003, p. 288).

Fruto da facilitação do crédito, da expansão dos bens eletrônicos, das massivas campanhas publicitárias e da deterioração da vida urbana coletiva, o consumo crescente direciona grande parte do tempo livre das camadas populares aos gastos familiares básicos ou supérfluos. É certo que tal característica não é exclusiva dessas camadas, mas torna-se relevante quando se trata de uma população, muitas vezes, privada de bens materiais de alto custo, como os bens eletrônicos.

Sob essa nova realidade social, o mercado de bens de consumo brasileiro é extremamente segmentado. Assim, a disparidade econômica entre as classes sociais é 'resolvida' pelo direcionamento do comércio aos diferentes grupos sociais. Para consumir os melhores produtos, o cidadão deve ter melhores condições financeiras. A qualidade do produto está diretamente associada ao seu custo, o que permite manter um certo distanciamento social entre classes ricas e classes pobres, que consumirão produtos distintos em estabelecimentos comerciais diferentes. Por isso, o comércio popular nos centros históricos das grandes cidades brasileiras denuncia o abandono das classes média e alta para com essas regiões (KOHARA, 2013).

Após essas considerações, percebe-se que as barreiras materiais que interferem nas dinâmicas culturais populares não se resumem às condições de moradia e renda, impostas pela vulnerabilidade econômica. Questões como as condições de trabalho, a degradação dos espaços públicos e o consumismo como modelo de cidadania podem também influenciar na escolha das atividades culturais e recreativas por parte das camadas populares.

## **A PERVERSIDADE DO MÉTODO: DINÂMICAS CULTURAIS POPULARES E SUAS BARREIRAS IMATERIAIS**

**A** segregação social é mais perversa do que parece. O acesso à cultura e ao lazer, como instâncias significativas de um estado democrático, oculta em si sofisticados mecanismos simbólicos de controle e segregação sociais. Se não fosse assim, como explicar a ausência das camadas populares, residentes nos centros urbanos, em diversos eventos culturais e recreativos gratuitos ou em espaços públicos dessa região? Magnani (1984) afirma que, por mais que o tempo livre e a renda sejam poucos, sempre há espaço para um momento de descanso semanal. Há uma variada gama de atividades culturais e recreativas gratuitas e disponíveis a diversos públicos nas regiões centrais, inclusive aos moradores das camadas populares. Diante dessas condições, é importante compreender as razões pelas quais essa população não desfruta das benesses das experiências culturais e recreativas oferecidas pelas instituições promotoras ali presentes.<sup>5</sup>

Em algumas situações, as barreiras materiais, anteriormente vistas, parecem ser pouco relevantes. É o caso, por exemplo, de uma família que mora em uma habitação social na região central de São Paulo com uma renda superior às despesas básicas e que, ainda, consiga ter pelo menos um dia de folga na semana. Essa família tem condições mínimas para o acesso a bens simbólicos variados. Contudo, ainda existem as barreiras imateriais limitando suas escolhas de uso do tempo livre.

<sup>5</sup> Oliveira (2009) procura compreender como as políticas de democratização cultural têm dificuldades em captar público, especialmente com relação às populações mais carentes vizinhas a centros culturais como no caso do SESC-São Paulo.

A primeira barreira imaterial, estrutural para as dinâmicas culturais das camadas populares, diz respeito a restrições à apropriação de capital cultural. Ao se imaginar uma barreira imaterial para o acesso às práticas culturais, a tendência é pensar no nível escolar dos indivíduos. Sem dúvida a escolaridade é fundamental para a aquisição de conhecimentos. No entanto, esta não se limita aos muros da escola. Segundo Bourdieu (1992), o conhecimento escolar não é transmitido de igual forma entre os alunos, porque suas distintas origens sociais lhes imprimiram desde à nascença diferentes habilidades psicomotoras, estímulos cognitivos e experiências de classe. Isso significa que a aprendizagem escolar estará sempre sujeita aos “processos de socialização familiar”, que transmitirão à criança a “herança imaterial” conhecida como capital cultural (SOUZA, 2009, p. 20). Desse modo, torna-se evidente que uma criança que receba bons estímulos psicossociais e cognitivos herdará para si um capital cultural distinto de uma criança em condições de precariedade urbana. Consequentemente, a criança estimulada à nascença terá melhores condições de aprendizagem do que a criança oriunda das camadas populares.

Para as práticas culturais e recreativas, o capital cultural é decisivo na medida em que permite aos indivíduos um amplo leque de signos e códigos simbólicos capazes de dotá-lo de habilidades como a criatividade e o senso crítico, definindo, assim, seu repertório cultural (SODRÉ, 1984). Tais habilidades permitirão ao indivíduo identificar e usufruir de forma autônoma uma elevada gama de ofertas culturais e recreativas.

Entretanto, a transmissão de capital cultural não ocorre apenas dentro do núcleo familiar e da instituição de ensino, mas também na convivência social (MANTECÓN, 2009). Contudo, numa sociedade de classes tão desigual como a brasileira, grande parte dos indivíduos pertencentes às camadas populares encontram-se desprovidas desse capital (SOUZA, 2009). Além disso, o contrato social estabelecido entre a classe média e as classes dominantes eliminou a possibilidade de acesso equânime ao capital cultural uma vez que a escola pública, como uma das instituições de transmissão do capital cultural, encontra-se em situação precária. Portanto, a desigualdade de oportunidades entre ricos e pobres acentua-se pelo capital cultural, dado que as classes médias, em acordo com as elites, aceitaram a privatização da escola de seus filhos como forma de privilégio perante os filhos das camadas populares.

Segundo o relatório do Banco Mundial sobre a mobilidade econômica e o crescimento das classes médias latino-americanas, o percentual de famílias pobres que conseguiram ascender à classe média entre 1995 e 2010 (cujos parâmetros de classificação embasaram-se apenas nos rendimentos mensais) foi de apenas 2,2%. Ademais, o maior percentual de mobilidade social para a classe média (cerca de 18%) ficou no grupo cujas gerações anteriores já possuíam algum nível de capital cultural (FERREIRA *et al.*, 2012). Por tudo isso, estando o Brasil dentro deste panorama latino-americano, compreende-se a sociedade brasileira como um lugar

[...] de indivíduos ‘nascidos para o sucesso’, de um lado, e dos indivíduos ‘nascidos para o fracasso’, de outro. Afinal, o processo de competição social não começa na escola, como pensa o economicismo, mas já está, em grande parte, pré-decidiado na socialização familiar pré-escolar produzida por ‘culturas de classe’ distintas (SOUZA, 2009, p. 18).

Nessa citação, o autor constata que a competição já está definida à nascença por meio da distinção do capital cultural entre classes. Como consequência, as camadas populares privam-se do acesso a diversas atividades culturais e recreativas dotadas de códigos culturais específicos. O que para muitos é uma questão de gosto, na realidade são os limites simbólicos impostos pelo “*habitus* de classe” (BOURDIEU, 2007, p. 9).

Além do mais, as restrições à apropriação de capital cultural interferem nas possibilidades de melhoria de vida das camadas populares, pois limitam sua qualificação profissional, única chance de mobilidade social concreta. Esse fato pode explicar, em grande medida, o crescimento nos últimos anos das religiões no interior das camadas populares, visto serem a alternativa divina perante o caos da vida cotidiana. Consequentemente, o tempo livre acaba sendo direcionado aos cultos, celebrações e eventos religiosos. Além disso, a popularidade e visibilidade dos eventos religiosos tem outorgado poder político às religiões, contribuindo ainda mais para o retrocesso democrático, a muito assente no conservadorismo político da sociedade brasileira. Entretanto, não se deve negar a possibilidade da existência de um semilazer no convívio social gerado pelos eventos religiosos, o que não deixa de ser uma motivação no seio das dinâmicas culturais populares.

Desse modo, as restrições à apropriação de capital cultural às classes média e alta possuem duas funções básicas de segregação sobre as camadas populares: a manutenção da hierarquia laboral e a distinção social pelo *habitus*. Com relação a manutenção da hierarquia laboral, pode-se afirmar que as classes dominantes buscam manutenção de privilégios seculares de servidão encarnados nas empregadas domésticas, nas babás e nos motoristas do *valet service*. Sob este aspecto, tal condição contribui para a manutenção das barreiras materiais associadas às condições de trabalho.

Com relação à distinção social pelo *habitus*, sua existência está diretamente relacionada à barreira imaterial das políticas culturais voltadas às classes dominantes que fomentam, em grande medida, atividades culturais voltadas para públicos implícitos<sup>6</sup>, detentores nativos de amplo capital cultural. Em muitos casos, o mecenato desencoraja a politização e a diversidade cultural (CANCLINI, 2003). Na prática, isso significa que muitos espaços de lazer e cultura privados ou públicos (com incentivo ou apoio empresarial) terão públicos homogêneos, nos quais os indivíduos das camadas populares pouco se identificarão. Neste caso, não se trata apenas da distinção estética das manifestações artísticas ou da limitação simbólica<sup>7</sup> das atividades culturais, mas também da falta de verossimilhança das camadas populares para com os conteúdos e frequentadores assíduos desses espaços (MAGNANI, 1984).

Segundo Magnani (1984, p. 59), no interior da produção cultural, existem “fatores extradiscursivos” e “fatores que operam no âmbito do discurso”, aproximando ou distanciando grupos sociais dessas atividades. Nesse sentido, esses fatores operam como demarcadores juntamente com as produções culturais, com o público presente e com o próprio local onde se desenvolvem as atividades. Arquiteturas arrojadas ou luxuosas não costumam atrair públicos populares (ARANTES, 2002). Como consequência, as camadas populares “não são e nem se sentem convidadas” a adentrar esses espaços (MANTECÓN, 2009, p. 227). Sob este aspecto, a cultura, como objeto de distinção, transforma-se em um “discurso científico” que legitima o saber da cultura dominante em detrimento da cultura dominada. Desse modo, é possível afirmar que

[...] a primeira se oferece como saber de si e do real, a segunda, como não saber. Forma [...] sutil de reafirmar que a barbárie se encontra no povo na dimensão da ‘incultura’ e da ‘ignorância’, imagem preciosa para o dominante sob dois aspectos: de um lado, a suposta universalidade do saber dá-lhe neutralidade e disfarça seu caráter opressor; de outro lado, a ‘ignorância’ do povo serve para justificar a necessidade de dirigi-lo do alto e, sobretudo, para identificar a

<sup>6</sup> O público implícito é aquele a quem os eventos culturais foram fruídos, desde sua infância, tornando-o em um “destinatário ideal” para as instituições tradicionais de cultura e lazer. Sobre o conceito de público implícito, ver Mantecón (2009).

<sup>7</sup> No artigo *Reavaliando cultura e pobreza*, os autores elencam alguns conceitos-chave para a compreensão dos mecanismos envolvidos na identificação das camadas populares para com a cultura, tais como valores, *frames*, repertórios, narrativas e limites simbólicos. Sobre esses conceitos-chave, ver Small *et al.* (2011).

possível consciência de dominação com o irracional, visto que lutar contra ela seria lutar contra a verdade (CHAUÍ, 2003, p. 51).

Esses fatos demonstram a junção da necessidade constante de distinção das classes dominantes, agora por intermédio de uma “cultura de elite”, com os benefícios econômicos do mercado de bens simbólicos segmentado, os quais são garantidos por instituições privadas como bancos e multinacionais. Assegura-se, assim, a permanente segregação social nos campos da cultura e do lazer. Ademais, na esteira das restrições à apropriação de capital cultural associada aos imperativos do desenvolvimento econômico moderno, outra barreira material reside na própria segmentação do mercado de bens culturais. Se, por um lado, os níveis de apropriação de capital cultural, contribuem para a formação de público, no aspecto de demanda; por outro, a segmentação do mercado de bens culturais afeta o aspecto da oferta. É importante lembrar que a segmentação do mercado não ocorreu apenas para os bens de consumo básicos e duráveis. A indústria cultural, plenamente consolidada, busca ampliação com a criação de novos bens simbólicos voltados para essa população.

A *internet*, juntamente com a televisão, promove seus bens simbólicos de massa. Se outrora as camadas populares foram totalmente apartadas do mercado de bens simbólicos, hoje elas encontram no seio da sociedade neoliberal produtos capazes de estabelecer vínculos afetivos ou simplesmente despertar o desejo de consumo. Contudo, à parte da qualidade estética e de sua característica efêmera, grande parte dos bens simbólicos da indústria cultural podem interferir nas dinâmicas culturais das camadas populares uma vez que o trabalho, como atividade não aprazível, leva muitas vezes as camadas populares ao consumo de bens simbólicos massificados como forma de alienação das rotinas laborais, retirando o caráter lúdico e espontâneo das atividades do tempo livre (ADORNO, 2002; CANCLINI, 1999).

Ademais, as restrições à apropriação de capital cultural, a que podem estar sujeitas as camadas populares, acabam por beneficiar os *mass-media*, fomentando o consumo de bens simbólicos da indústria cultural (MAGNANI, 1984). Como fora dito anteriormente, a televisão e a *internet* contribuem decisivamente para a divulgação de produtos simbólicos massificados. Contudo, sua influência ganha protagonismo na constituição de um capital cultural cada vez mais híbrido, conforme aponta Canclini (2003). Assim, a escolha da programação televisiva ou dos conteúdos da *internet* será o reflexo do capital cultural do indivíduo.

Desse modo, é importante salientar que mesmo com a influência da *internet*, a televisão ainda detém grande parte do monopólio cultural popular no qual diversos conteúdos (telejornais, novelas, programas policiais, programas de auditório, etc.) disseminam o senso comum entre as massas – camadas populares e classes médias. Assim, não será raro encontrar indivíduos oriundos das camadas populares que partilham os mesmos discursos conservadores de grande parte das classes dominantes.

Por fim, a última barreira imaterial está relacionada com a valorização do trabalho e do utilitarismo como discurso ideológico amplamente difundido nas sociedades modernas capitalistas (CHAUÍ, 2003; MANTECÓN, 2009). Isso ocorre porque tanto o trabalho quanto a utilidade são inculcados nas pessoas como idealidades individuais e não como construções coletivas do capitalismo, ou seja, o

[...] trabalhador contemporâneo, enquanto trabalhador individual, se reconhece no produto imediato, é porque não pode reconhecer-se como trabalhador coletivo que efetivamente é, pois não só lhe escapa a realidade de classe, mas sobretudo lhe escapa o significado global do processo produtivo como valorização e o significado parcial desse mesmo processo enquanto decisão e controle do capitalismo e de seus gerentes (CHAUÍ, 2003, p. 64).

Por isso, os indivíduos acreditam que o trabalho, a utilidade e a organização são características que os elevam sobre os demais. Assim, valorizar o trabalho e suas implicações é valorizar a si mesmo e demonstrar inaptidão ou desgosto pela atividade laboral é um sinal de inferioridade perante os demais. É por isso que os discursos de empreendedorismo e a autoajuda estão em alta nas sociedades contemporâneas. O 'eu' se sobrepõe ao coletivo.

É fato que expressões populares como 'o trabalho dignifica o homem' ou 'Deus ajuda quem cedo madruga' podem ser ouvidas por indivíduos de diferentes classes sociais. Contudo, essa valorização excessiva do trabalho e o discurso sobre a utilidade das atividades tornam-se mais contraditórios quando pronunciados por um trabalhador das camadas populares, pois demonstra alienação sobre sua própria condição de dominado. Seja como for, tais discursos geram preconceitos no interior das camadas com relação ao lazer e ao tempo livre, conceitos opostos às ideias de trabalho e utilidade. Com isso, o diletante dificilmente poderá ser um indivíduo oriundo das camadas populares sendo, desse modo, associado ao pequeno burguês que, não coincidentemente, detém amplo capital cultural.

É importante compreender que todas as barreiras imateriais aqui apresentadas são respaldadas por discursos legitimadores em benefício das classes dominantes. São discursos massivos ligados ao economicismo, ao populismo, ao nacionalismo, à meritocracia e à ordem pública (CHAUÍ, 2003; SOUZA, 2009). Em conjunto, esses discursos naturalizam a desigualdade, tornando-se um método perverso de ocultação da principal realidade social brasileira: a existência da luta de classes, na qual as elites e, até mesmo, parte significativa da classe média oprimem os mais pobres.

Desse modo, a segregação social não é causa, mas condição para a manutenção da desigualdade promovida pela exploração do neoliberalismo sobre as camadas populares, cujo motor reside na irracionalidade do ódio de classe que, manipulado pelos meios de comunicação, dissemina a intolerância e o preconceito, eliminando qualquer possibilidade de alteridade. Segundo Canclini (1999; 2003), a esfera pública foi absorvida pela mídia que, por sua vez, manipula a realidade a partir de narrativas arbitrárias. Portanto, são os meios de comunicação de massas que fazem a mediação entre grande parte dos indivíduos da sociedade contemporânea. Nesse sentido, as barreiras imateriais sobre as dinâmicas culturais populares são manifestações perversas do método de segregação social, pois encontram-se dissimuladas pelos discursos da ordem democrática, aos quais nem as próprias camadas populares conseguem escapar.

## MOTIVAÇÕES: AS FORMAS DE RESISTÊNCIA

**A**pós a análise das diversas barreiras materiais e imateriais que afetam as dinâmicas culturais populares fica difícil imaginar a existência de motivações capazes de atrair esse público específico às atividades culturais e recreativas. Contudo, as relações sociais, por mais desiguais que sejam, encontram pontos de resistência, ou seja, por mais que os imperativos do neoliberalismo atuem contra as camadas populares, existem correlações de forças que procuram caminhos alternativos aos desígnios do capital e aos desejos das classes dominantes.

As cidades são complexos ambientes construídos que resultam não só das ações do capital, mas também das instituições e conflitos que as permeiam. Nesse sentido, o sistema democrático, à parte dos incontáveis benefícios às classes dominantes e conseqüentes desigualdades sociais, permitem o conflito e a discussão de ideias. É certo que na correlação de forças entre as camadas populares e as classes dominantes, os resultados tendem ao benefício destes uma vez que as instituições, na maioria à serviços dessas classes, tenderão a privilegiá-las. Entretanto, as instituições não são

modelos estáticos e estanques, pois estão envolvidas em complexas redes sociais, dinâmicas de poder e comportamentos individuais imprevisíveis onde ocorrem adaptações e improvisações (CLEAVER, 2012).

Portanto, mesmo diante de um cenário de dominação, as camadas populares podem encontrar motivações que colaborem para a oferta e escolha de práticas culturais e recreativas que lhes resgatem parte da cidadania negada pelas classes dominantes. Todavia, tais motivações são menos numerosas, o que não justificaria uma diferenciação entre motivações materiais e motivações imateriais.

A primeira motivação, alternativa básica de qualquer indivíduo das camadas populares ao acesso à cultura e ao lazer, encontra-se em ambientes sociais propícios ao desenvolvimento de práticas socioculturais e recreativas populares. Nesses ambientes desenvolvem-se atividades diretamente relacionadas ao campo do lazer e ao uso do tempo livre, tais como: atividades lúdicas (jogos e brincadeiras), *hobbies* (coleccionar, ler, assistir filmes, ouvir música, etc.), trabalhos manuais (costura, artesanato, bricolagem, etc.), atividades com mídias e telecomunicações (televisão, *internet* e rádio), encontros familiares, reuniões sociais (festas populares, encontros comunitários, bares, rodas músicas, etc.), passeios (familiares ou comunitários) e práticas esportivas (HAVIGHURST; FEIGENBAUM, 1959; KAPLAN, 1960 apud DUMAZEDIER, 1979).

Em geral, essas atividades são espontâneas e de baixo custo, sendo em muitos casos gratuitas. Elas ocorrem com maior frequência no cotidiano das camadas populares, porque realizam-se entre seus pares e dentro de um repertório cultural comum. Portanto, retorna-se ao conceito de verossimilhança como fator decisivo para a escolha dessas atividades (MAGNANI, 1984). Assim, os contatos sociais estabelecidos entre esses indivíduos são fundamentais para a manutenção e coesão social desses grupos que buscam alternativas diante dos imperativos das culturas eruditas e massificadas que, como já fora referido, podem atuar como mecanismos de distinção simbólica. Além disso, por serem praticadas em ambientes privados e comunitários, essas atividades acabam funcionando como uma “válvula de escape” diante da opressão da rotina semanal (THOMPSON, 1998 apud MELO, 2001). Ademais, a integração social resultante desses ambientes, em atividades socialmente obrigatórias ou compromissadas, pode gerar diversas formas de semilazer, onde a escassez de tempo livre é compensada pelo convívio social.

Outra motivação encontra-se na evidente proximidade aos equipamentos culturais e recreativos. Diferentemente de grande parte dos indivíduos oriundos das camadas populares, os moradores precarizados dos centros urbanos possuem vantagens localizacionais em relação aos moradores de baixa renda das periferias urbanas tais como: proximidade ao trabalho e conseqüente ganho de tempo livre, redução dos custos de transporte, ampla oferta de serviços públicos (hospitais, postos de saúde, creches, escolas, etc.), variedade de espaços de consumo e inúmeras possibilidades de acesso a atividades culturais e recreativas.

No entanto, como tem sido sistematicamente referido aqui, as formas de segregação social para essa população específica limitam suas vantagens localizacionais. Sem capital econômico e cultural e sem o respaldo do poder público, as camadas populares residentes no centro veem suas possibilidades como cidadãos diminuir consideravelmente. Mesmo assim, a vantagem da localização em relação a outras populações periféricas não pode ser negada uma vez que, sua visibilidade proporcionou a formação espontânea de movimentos sociais populares no seio do tecido urbano, permitindo contestações populares de maior impacto na busca pela equalização do fator inclusão ao fator localização. Nesse sentido, a dinamização das atividades culturais e

recreativas desses moradores pode ajudar nessa busca pela equidade social, retroalimentando cultura, lazer e cidadania.

Por fim, a implementação de políticas culturais de democratização e democracia torna-se uma importante motivação, capaz de influenciar as dinâmicas culturais populares. Nesse sentido, ao se referir a políticas culturais, é comum pensar em atividades gratuitas. É certo que nos centros históricos das maiores cidades brasileiras existem inúmeras ofertas culturais gratuitas, mas como já fora referido, as restrições à apropriação de capital cultural excluem grande parte das camadas populares dos eventos culturais. Dança, teatro e exposições, por exemplo, são atrações para aqueles que já dispõe de um vasto repertório de código simbólicos, capaz de decifrar as significações presentes nessas manifestações artísticas. Desse modo, as políticas culturais de democratização cultural buscam na formação de novos públicos, uma tentativa de recuperação do espaço público e da sociabilidade (DELIJAICOV, 2009).

Contudo, muitas políticas de democratização da cultura como o Vale Cultura ou as viradas culturais podem acabar por não influenciar decisivamente na formação de novos públicos oriundos das camadas populares, uma vez que as atividades promovidas podem não levar em consideração os diversos repertórios culturais dessa população. Isso não significa que a esfera cultural deva se submeter às limitações simbólicas das camadas populares. No entanto, as políticas de desenvolvimento cultural devem contemplar essa realidade.

Segundo Botelho (2001, p. 74-75), as limitações para um alcance universal das políticas culturais residem no descompasso entre as dimensões antropológica e sociológica da cultura. Para a autora, as políticas culturais em voga só conseguem dar conta da dimensão sociológica da cultura, ou seja, de “uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão”.

Por sua vez, a dimensão antropológica, ou seja, o campo no qual as interações sociais acontecem e na qual ocorrem os “hábitos e costumes arraigados” e “por onde circulam habitualmente, o trabalho [e] o uso do tempo livre” não se faz presente nas atividades culturais e recreativas oferecidas pelas instituições promotoras (BOTELHO, 2001, p. 73-74). Com isso, a autora reforça a necessidade de mapeamento dos universos da produção e recepção culturais de modo a orientar novas políticas de cultura voltadas para a formação de novos públicos. Isso significa que, da parte das instituições promotoras de atividades culturais e recreativas, deve haver capacidade de mediação com diversos públicos de modo a conseguirem estimular novas dinâmicas culturais (OLIVEIRA, 2009). Nesse sentido, iniciativas de recepção e acolhimento de novos públicos são altamente benéficas para a inserção social das camadas populares no seio da vida cultural e recreativa dos centros urbanos.

Para além das políticas de democratização cultural vigentes, alguns movimentos sociais, ONG's e instâncias do poder público têm conseguido importantes conquistas no campo das políticas de democracia cultural, nas quais grupos sociais sem necessárias relações profissionais com os campos da arte e cultura têm desenvolvidos seus próprios trabalhos artísticos. Atualmente, em algumas cidades brasileiras, não é rara a realização de saraus culturais, não apenas nas regiões centrais, mas também nas periferias. Políticas como os Pontos de Cultura e diversos editais permitem a grupos culturais independentes a realização de eventos em espaços populares e alternativos como centros culturais de bairro e bibliotecas. Além disso, em algumas situações, têm sido os artistas a irem ao encontro das camadas populares, organizando-se em coletivos que promovem *workshops* e eventos culturais e recreativos.

Essas políticas abrem novas possibilidades de acesso às práticas culturais por parte das camadas populares, neste caso não só nos grandes centros urbanos, mas também em regiões carentes das periferias. Entretanto, novamente deve-se estar atento aos códigos simbólicos utilizados nessas iniciativas, uma vez que poderão, mesmo que inconscientemente, excluir parcelas significativas de indivíduos com capital cultural distinto.

No entanto, nem a democratização cultural nem a democracia cultural são políticas de estado no Brasil. Isso significa que tais políticas estão atreladas aos governos que as promovem, correndo o risco de extinção com a mudança do poder executivo. Aliado a isso, existe o velho problema de limite orçamentário, que concentra grande parte dessas ações nas grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro.

O importante é ressaltar que as dinâmicas culturais populares, assim como qualquer dinâmica social em qualquer estrato da sociedade, sofrem influências não apenas dos atores envolvidos e suas relações de conflito, mas também de poderes institucionais. Portanto, as práticas culturais e recreativas, como resultado de ações individuais e sociais, também são afetadas por arranjos institucionais, capazes de influenciar na formação do público consumidor de bens culturais.

## CONCLUSÃO

**A**o final deste artigo, aspira-se que o leitor consiga compreender, mesmo que de modo breve, as inúmeras barreiras e motivações que interpelam as dinâmicas culturais populares nos centros urbanos das grandes cidades brasileiras. Nesse sentido, para melhor visualização de todos os processos descritos, apresenta-se na Figura 1 um resumo das barreiras e motivações.



Figura 1 – Barreiras e motivações que interferem nas dinâmicas culturais populares.

A compreensão destes fenômenos pode ajudar a entender os mecanismos de segregação social entre os quais o exílio urbano geográfico das camadas populares, que já não é, em alguns casos,

preponderante. Contudo, a recente 'inclusão' das camadas populares ao consumo, por meio do crédito ilimitado ao varejo, omite a segregação social, que continua delegando às camadas populares o ônus da precariedade urbana.

Se os discursos políticos de boa vontade evocam o termo democracia, estes podem ser abalados quando se analisa a inclusão não do ponto de vista do consumo, mas sim do ponto de vista da qualidade de vida e autonomia dos mais desfavorecidos. Assim, além das condições materiais dignas como moradia, saúde e educação, o lazer e a cultura constituem-se como portas de saída da pobreza. Sem a autonomia política aliada a condições materiais dignas, a política de crédito, baseada no endividamento familiar e extremamente sensível às crises econômicas, não sustenta o discurso inclusivo.

Small *et al.* (2011, p. 96-99) defendem que "as pessoas interessadas em política devem se preocupar com a cultura" por três razões:

1. compreender a cultura popular permite ao poder público a elaboração de políticas sociais adequadas as populações mais carentes;
2. a cultura influencia os processos de decisão das elites políticas (das classes média e alta) que acabam por afetar a vida das camadas populares e;
3. a cultura já faz parte do discurso político, sendo utilizada contra ou a favor das camadas populares, dependendo dos agentes envolvidos no debate político.

Portanto, analisar essas barreiras e motivações possibilita a compreensão dos métodos de exclusão das camadas populares dos processos democráticos.

O Brasil mudou, mas as formas de dominação e segregação permanecem. O mercado continua segmentado e as camadas populares continuam excluídas do capital econômico e cultural. Conforme aponta Souza (2009), o contrato social entre elite e classe média permanece em detrimento da ralé. Por isso tornam-se necessárias pesquisas empíricas que, como afirmam os principais pesquisadores da Sociologia da Cultura, são essenciais para a compreensão das dinâmicas populares. Assim, segundo Magnani (2002, p. 11), o recurso a pesquisas etnográficas "de perto e de dentro" pode ajudar a compreender melhor as dinâmicas culturais das camadas populares, auxiliando os formuladores de políticas culturais na criação de programas e projetos mais inclusivos.

De todo o modo, as barreiras e motivações aqui apresentadas são resultados de pesquisa bibliográfica, carecendo de dados empíricos para avaliar seus impactos em diversos grupos e indivíduos das camadas populares. Assim, outras barreiras e motivações poderão ser descobertas, cabendo ao pesquisador identificá-las e compreendê-las dentro do processo.

Nesse caso torna-se essencial a realização de pesquisas de campo junto às camadas populares e suas vivências. Desse modo, será fundamental compreender as relações entre os diversos tempos sociais (livre, obrigatório, compromissado e inocupado) e os repertórios culturais específicos dessa população, pois geram novas alternativas antropológicas de cultura e novas formas de lazer e semilazer particulares. Contudo, mesmo conhecendo a fundo essa realidade, não se pode cair na ilusão de uma revolução cultural das camadas populares ao molde francês do século passado, como retratou Dumazedier (1994), uma vez que no Brasil o capital cultural tem sido uma herança para poucos e, portanto, um privilégio antidemocrático.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 25-54, novembro 2007.
- ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-74.
- BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15 (2), p. 73-83, abril 2001.
- BOURDIEU, P. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2007.
- \_\_\_\_\_. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos**, São Paulo, n. 96, p. 105-115, julho 2013.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**. São Paulo: Edusp, 2000.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2003.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 10ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- CLEAVER, F. **Development through bricolage**. New York: Routledge, 2012.
- DELIJAICOV, A. Cultura e transformação urbana e social. **Anais do II Congresso de Cultura Ibero-Americana: cultura e transformação social**. São Paulo: SESC. 2009. p. 222-226.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- \_\_\_\_\_. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 1994.
- FERREIRA, F. H. G. *et al.* Economic mobility and the rise of the Latin American middle class. **World Bank**. Washington DC, p. 203. 2012.
- FERREIRA, J. S. W. São Paulo: cidade da intolerância ou o urbanismo "à brasileira". **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25 (71), p. 73-88, março 2011.
- GOLDENSTEIN, G. T. Lazer Operário e consumo cultural na São Paulo dos anos oitenta. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 31, p. 13-35, setembro 1991.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAVIGHURST, R. J.; FEIGENBAUM, K. Leisure and life style. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.64, p.396-404, 1959.

KAPLAN, M. **Leisure in America**: a social inquiry. New York: Wiley, 1960.

KOHARA, L. T. **As contribuições dos movimentos de moradia do Centro para as políticas habitacionais e para o desenvolvimento urbano do centro da cidade de São Paulo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. 239 p.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, junho 2002.

MANTECÓN, A. R. Consumo cultural e desigualdade. Anais do II Congresso de Cultura Ibero-Americana: cultura e transformação social. São Paulo: SESC. 2009. p. 227-236.

MELO, V. A. Lazer e camadas populares: reflexões a partir da obra de Edward Palmer Thompson. **Movimento**, Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, M. C. V. **Instituições e públicos culturais**. Um estudo sobre mediação a partir do caso SESC-São Paulo. 2009. 233 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

OSTROM, E. Reformulating the commons. **Ambiente & Sociedade**, v. V (10), p. 1-22, 2002, p. 12-15.

SILVA, S. G. D. et al. Fatores associados à inatividade física no lazer e principais barreiras na percepção de trabalhadores da indústria do Sul do Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27(2), p. 249-259, fevereiro 2011.

SMALL, M. L.; HARDING, D. J.; LAMONT, M. Reavaliando cultura e pobreza. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 01-02, p. 91-118, junho 2011.

SODRÉ, M. O mercado de bens culturais. In: MICELI, S. (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 135-144.

SOUZA, J. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, H. G. *et al.* Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17 (47), p. 97-128, janeiro 2003.